

# DOIS MORTOS

RUBEM BRAGA

**T**RES ou quatro vezes, depois que o marechal Castelo Branco assumiu a Presidência, recebi telefonema de algum amigo que estivera em Palácio:

— O presidente perguntou por você, disse para você aparecer lá...

O recado era sempre também para Joel Silveira, outro ex-correspondente de guerra. Discutimos o assunto, e ponderei ao Joel, que também não mostrava a menor vontade de ir a Palácio:

— Castelo tem um secretário de Imprensa e um Chefe da Casa Civil, e ambos nos conhecem. Se algum dos dois me telefonar dizendo que o presidente quer falar comigo tal dia, tal hora, eu me acharei na obrigação de ir, porque, em princípio, qualquer cidadão está no dever de atender a um chamado do presidente da República; antes, não.

Não era orgulho, mas simples cautela. E não era, muito menos, antipatia.

Eu tinha todos os motivos para simpatizar com o homem. Certa vez, muito tempo depois de terminada a guerra, ele tivera a iniciativa de promover uma homenagem a todos os ex-correspondentes, na ABI.

A mim pessoalmente me surpreendera, ao me convidar para assistir, certa manhã, a uma das aulas do curso que dava, então, na Escola Superior de Guerra, sobre as lições táticas da campanha da Itália. Vi-me ali, único paisano, em uma sala imensa cheia de oficiais fardados, na Praia Vermelha; e para minha surpresa, ao discorrer sobre o terreno em que se feriram os principais combates, ele disse que a melhor maneira de dar uma idéia daquele trecho dos Apeninos era ler uma página de meu livro «Crônicas de Guerra» («Com a FEB na Itália»), o que fez a seguir. Uma homenagem inesperada, que me comoveu.

Quando o nome de Castelo Branco se impôs, entre os de outros chefes militares, para a Presidência, fiquei sinceramente satisfeito: «este é o melhor» — disse aos amigos. Mas eu deixara em setembro do ano anterior a Embaixada para a qual tinha sido indicado por Jânio Quadros e confirmado, depois de muitas indecisões, por João Goulart. Deixara por simples fastio do posto e principalmente do cargo, pois já recusara o convite para uma remoção. A rotina das recepções e visitas protocolares, que sempre cumpri com rigor, me dava um tédio crescente; tinha saudades do Brasil, e me afligia estar fora daqui quando nossa política tomava rumos tão estranhos.

Nos últimos meses de 1963 e nos primeiros de 64, eu não estava escrevendo em nenhum jornal, e não dei sequer um simples palpite de cronista durante toda aquela fase crítica que antecedeu à deposição de Jango. Tão frenético me parecia o aventurismo político do seu governo, que o golpe de 31 de março me pareceu um mal menor: pelo menos se evitava a guerra civil, que parecia iminente, e não levaria a nada de bom; poderia dar até em intervenção estrangeira.

DN 20. 4. 64

313

Bem cedo, entretanto, os excessos do novo regime, as injustiças, as perseguições e torturas de que tinha notícia, me alarmaram, e preferi me manter afastado de um governo para cuja vitória não contribuíra de modo algum; quando voltei a ter uma coluna diária, em julho de 64, já não era possível evitar críticas ao regime e ao seu chefe; depois do Ato Institucional nº 2, um dos documentos mais vergonhosos de toda a História do Brasil, essa atitude de crítica se mudou em oposição declarada.

É certamente cedo para julgar a figura do marechal Castelo Branco e fazer o balanço de suas qualidades e de seus defeitos; certos traços de seu caráter pareciam, de resto, combinar as duas coisas de maneira inextricável, como não é raro acontecer.

Confesso que senti um alívio quando ele deixou o governo; houve, sem dúvida nenhuma, um desafogo nacional, embora ainda vivamos sujeitos a uma lei de segurança que é uma ignomínia. Não é possível negar, entretanto, suas virtudes de patriota, de homem de bem, sua honradez pessoal e seu sentimento do dever. Em sua herança de homem público, há muita coisa a repudiar, mas também muita coisa a aproveitar e aperfeiçoar.

Sua morte sucedeu à de um grande brasileiro, um grande caráter e um grande democrata que teve a audácia de se contrapor a desígnios infelizes de seu governo e que ele teve o mérito de saber respeitar: Álvaro Ribeiro da Costa, que encarnou, em certo momento, toda a dignidade e independência da Justiça brasileira.

DN 20.7.64

3/14